

O ESTADO DE S. PAULO

PUBLICAÇÃO DA S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP
02598-900 São Paulo - SP Caixa Postal 2.439
CEP 01060-970-SP. Tel. 3856-2122 (PABX)
Fax Nº (011) 3856-2940

Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988) Américo de Campos (1875-1884)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996) Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997) Plínio Barreto (1927-1958)

Diplomacia e proteção de civis

* ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

A proteção de civis desarmados em situações de conflito é um desafio de ordem moral e diplomática. Inocentes mortos, feridos ou desarmados não podem ser tratados como meros “efeitos colaterais”. A questão exige que a comunidade internacional assuma sua responsabilidade coletiva. A importância crescente do tema levou a presidência de turno sul-coreana do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a realizar debate, em nível ministerial, de que participei em 12 de fevereiro.

Como ponto de partida devemos ter presente que a prevenção de conflitos é a melhor forma de garantir a proteção de civis. Muito se fala sobre a inaceitabilidade de situações em que governos deixam de proteger suas próprias populações. Hoje existe consenso internacional quanto à necessidade de esforços coordenados para fazer frente a tais circunstâncias.

É necessário reconhecer, porém, que a comunidade internacional tem sido omissa em relação a questões fundamentais para a proteção de populações civis, entre as quais sobressaem as seguintes:

- A promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase na erradicação da pobreza e na segurança alimentar, contribui para promover a paz. A ausência de oportunidades e de perspectivas é gênese de conflitos, estimula os radicalismos e enfraquece a crença nas instituições. É lamentável o elevado nível das despesas militares, enquanto não são atingidas as metas de Assistência Oficial ao Desenvolvimento, acordadas em Monterrey em 2002.

- Precisamos lutar para reduzir a disponibilidade dos instrumentos de violência, em particular as armas de destruição em massa. É imprescindível fazer avançar o desarmamento e a não proliferação. A facilidade na obtenção de armas convencionais, particularmente pelo comércio ilícito, multiplica os danos causados por conflitos. As consequências para os civis do uso indiscriminado de novidades tecnológicas ou ao combate a insurgências ou ao terrorismo, por sua vez, requerem um debate aprofundado.

- Não podemos esquecer a responsabilidade da comunidade internacional na paralisação do processo de paz Israel-Palestina e o fracasso do Quarteto em contribuir para um acordo. Medidas unilaterais estão exacerbando tensões na região. O CSNU deve atuar decisivamente nessa questão. A vulnerabilidade da população civil nos territórios ocupados representa uma situação de alto risco, cuja periculosidade não deve ser subestimada.

- A paralisia em questões de paz e segurança internacional pode ser considerada o mais preocupante exemplo da estagnação do sistema de governança mundial. O CSNU, congelado em configuração de poder anacrônica, é o foro que debate

Não há solução militar para a grande maioria dos problemas de paz e segurança do mundo

e pode chegar a autorizar o uso da força para a proteção de civis. Um CSNU mais legítimo e representativo disporá de melhores condições para implementar medidas preventivas e estratégias diplomáticas que evitem a radicalização e solucionem conflitos.

Reconhecemos que em alguns casos a comunidade internacional não poderá prevenir, por meios diplomáticos, conflitos armados com violações massivas de direitos humanos da população civil. Ainda assim, devem-se esgotar todos os meios pacíficos para minimizar o impacto sobre civis. O uso da força sempre traz consigo o risco de mortes e disseminação de violência e instabilidades. As intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, por exemplo, causaram elevado número de civis mortos (estimativas conservadoras calculam aproximadamente 120 mil mortos de setembro de 2001 a setembro de 2012), além de refugiados e deslocados internos (em torno de 1,6 milhão de pessoas somente no Iraque). A África do Norte vive o efeito desestabilizador de ações na Líbia. Essas lições não podem ser ignoradas.

Em situações excepcionais e extremas em que o uso da força venha a ser autorizado pelo Conselho de Segurança para

proteger civis, é necessário garantir que a intervenção militar seja criteriosa, proporcional e estritamente limitada aos objetivos estabelecidos pelas Nações Unidas. Nesse contexto, devemos velar 1) pela inserção da intervenção numa estratégia diplomática de resolução de conflitos – em outras palavras, a intervenção não pode ser um fim em si mesmo; 2) pela geração de um mínimo de violência e instabilidade, evitando criar ainda mais danos para a população civil; e 3) pela adoção e observância de procedimentos claros de monitoramento e avaliação pelo CSNU da maneira como suas resoluções são interpretadas e aplicadas.

Prevenção de conflitos e resolução pacífica de disputas minimizam o sofrimento de civis. Quando a intervenção militar é autorizada e considerada potencialmente benéfica, a responsabilidade de proteger deve ser acompanhada da responsabilidade ao proteger. Os esforços multilaterais de proteção de civis devem estar ancorados no respeito aos direitos humanos e no Direito Internacional Humanitário, inclusive no contexto da luta contra o terrorismo.

Nota-se hoje uma crescente utilização da frase “não há solução militar para...”. A presidente Dilma Rousseff, em seu discurso no Debate Geral da 67.^a Assembleia-Geral da ONU, declarou que “não há solução militar para a crise síria”. É esta constatação que torna tão urgente e necessária uma plataforma diplomática para a Síria como a do Grupo de Ação de Genebra de 2012. O presidente norte-americano, Barack Obama, em seu discurso de posse, em janeiro passado, afirmou que “segurança e paz duradouras não exigem guerra perpétua”.

Passado o momento unipolar e iniciada a formação de uma ordem multipolar, começa a se firmar a convicção de que não há solução militar para a grande maioria dos problemas de paz e segurança do mundo contemporâneo. Devemos encarar essa evolução como uma nova abertura para o multilateralismo e um papel mais relevante para a diplomacia.

* MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Sem espaço para desculpas

* ANDRÉ MELONI NASSAR

Organização Mundial do Comércio tem recebido alguma atenção da imprensa brasileira, ultimamente, por causa da candidatura do embaixador Roberto Azevedo a seu diretor-geral. Também se tem falado com maior intensidade sobre o tema acordos comerciais, não somente porque o acordo regional Mercosul-União Europeia (UE) dominou boa parte das discussões do 6.^o Encontro Empresarial Brasil-UE, mas principalmente pelo anúncio de que os Estados Unidos e a UE iniciaram os entendimentos para buscar um acordo transatlântico de comércio e investimento.

O reaparecimento na imprensa da agenda de comércio internacional traz de volta o debate acerca do que queremos em política comercial. Compartilho a ideia dos que afirmam que a diplomacia no Brasil é muito mais política do que econômica. Isso é facilmente observado até nos fóruns de política comercial. A escolha feita pelo Brasil na negociação da Rodada Doha de atuar de maneira ofensiva na abertura dos mercados e na redução dos subsídios agrícolas dos países ricos, e de se aliar a países em desenvolvimento que eram contrários a qualquer abertura de mercado ou ao aumento de disciplinas em suas políticas para a agricultura, exemplifica bem essa supremacia da diplomacia política em temas que são da agenda econômica.

As ações do Brasil na Rodada Doha, no entanto, mesmo que influenciadas pela diplomacia política, ainda eram, essencialmente, orientadas para objetivos comerciais, tanto do lado ofensivo da agricultura como do lado defensivo dos produtos industriais. Mas a hibernação da rodada, em 2008, fechou a última e única frente de estratégia de política comercial que ainda sobrevivia no Brasil. A penúltima havia sido a interrupção das negociações com a UE, em 2004. Nem vale a pena mencionar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A realidade, assim, é que a agenda comercial brasileira desapareceu de vez com a interrupção da Rodada Doha.

É claro que o Brasil continuou fazendo política comer-

cial, até porque optou por elevar tarifas e aumentar impostos associados às importações de alguns setores. O País passou também a utilizar mecanismos de defesa comercial de forma mais intensa. Mas não há como negar que o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento abandonaram a política comercial em seu conceito amplo, alicerçada em acordos com o objetivo de promover crescimento do comércio internacional e dos fluxos de investimentos. Pelas razões que exponho a seguir, se o Brasil continuar de braços cruzados em política comercial, nossos setores exportadores serão atropelados pelos acordos comerciais de que o País não será parte. É literalmente o “não me incluía fora dessa”.

Por mais política e menos econômica que tenha sido a nossa diplomacia, podemos, numa visão Poliana, justificar essa escolha com base em argumentos de conveniência. Com a crise de 2008 o comércio internacional perdeu relevância como propulsor de crescimento econômico. O mundo, então, passou por um processo de fechamento administrado dos mercados – seja via barreiras comerciais, seja via administração cambial. E o Brasil não foi diferente de alguns outros países.

No contexto brasileiro, a par-

Não há mais razões para o Brasil adiar a negociação de amplos acordos de comércio

tir de 2005, à medida que a economia nacional se consolidava e crescia, e a taxa de câmbio se apreciava, o País entrou num ciclo de aumento das importações. De 2005 a 2011 estas cresceram ao redor de 20% ao ano. Esse crescimento foi mais intenso que o dos anos 1990 – década de forte valorização cambial –, que assistiram às importações aumentando 15% ao ano. Daí que o contínuo incremento das importações vinha servindo de razão principal para bloquear negociações comerciais.

Assim, o contexto mundial e o brasileiro foram desculpas eficazes para justificar o abandono, até hoje, da política comercial no seu conceito amplo. Os motivos de tais desculpas, todavia, não estão mais em vigor.

Em primeiro lugar, o comércio global já retomou o ritmo de crescimento pré-crise de 2008. As exportações mundiais em 2012 fecharam o ano na casa dos US\$ 14 trilhões, o mesmo patamar de 2011 e 18% maior que o de 2008, ano de recorde nas transações internacionais. Desse modo o comércio retomou seu papel promotor de desenvolvimento econômico.

Em segundo lugar, 2012 marca o fim da expansão das importações brasileiras. Pela primeira vez desde 2002, as importações caíram. Justificar o não engajamento em negociações pelo lado defensivo, ou seja, como forma de proteção da indústria brasileira, não se sustenta mais.

Portanto, não existem razões, nem de ordem macroeconômica nem de cenário internacional, que deem base para qualquer adiamento do envolvimento do Brasil em negociações comerciais daqui para a frente.

Com o arrefecimento das importações brasileiras e a retomada do crescimento econômico mundial, é chegada a hora de a política comercial ser tratada como tema econômico. Se no passado poderíamos dizer que a perda dos setores ofensivos pela falta de acordos era menor do que o ganho dos setores defensivos, essa equação mudou e não existe mais. Com a retomada dos acordos comerciais mundo afora, à medida que o comércio global se recupera, o custo da falta de acordos amplos de comércio vai-se tornar cada vez mais alto para os setores exportadores, ao passo que o benefício para os setores defensivos é claramente crescente.

É improvável que o atual governo faça qualquer movimento significativo na direção de engajar o Brasil em acordos bilaterais. Um governo que acredita no Estado como propulsor da economia dificilmente tomará atitudes para intensificar o grau de integração no comércio mundial. Contudo nunca houve, nos últimos dez anos, momento tão favorável para um governo vencer suas convicções políticas e perder o medo de integrar mais o Brasil no mundo e, assim, colher seus frutos com maior crescimento econômico.

* DIRETOR-GERAL DO ICONE SITE: WWW.ICONEBRASIL.ORG.BR

Fórum dos Leitores

ENCHENTES EM SÃO PAULO Calamidade administrativa

Srs. administradores e ex-administradores de São Paulo, depois de três horas num congestionamento desvairado, consegui acalmar minha fúria para tentar escrever lucidamente. Será que os senhores nunca conseguiram deduzir que o colapso no sistema viário de São Paulo afeta a todos os cidadãos, trabalhadores, os setores de saúde e ensino e todas as áreas incluídas nos “mundos e fundos” de promessas que fazem a cada eleição? Como se já não bastassem as ruas e calçadas esburacadas, os enormes ônibus-mi-

nhoca atrapalhando o trânsito já sobrecarregado, as linhas de metrô insuficientes, a falta de semáforos para pedestres, etc., etc., em São Paulo não pode chover. Saldo do dia (18/2): 140 semáforos com problemas e 28 pontos de alagamento! Se São Paulo pode ser considerada o coração do Brasil (financeiro, populacional, não vem

ao caso), é um órgão apodrecido, com suas veias entupidas e enfartando convulsivamente... As chuvas fortes são esperadas todos os anos nesta mesma época, portanto, não é o caso de declarar calamidade pública, e sim calamidade administrativa.

TERESA CRISTINA SANCHES
tinassg@uol.com.br
São Paulo

Indústria das multas

O que vem ocorrendo em São Paulo é assustador e temeroso, pois basta chover acima do padrão permitido, determinado e estabelecido pela Prefeitura para que haja ruas, avenidas e bairros inteiros alagados, árvores caídas por falta de manutenção e poda, semáforos quebrados, quilômetros de engarrafamentos, lixo boiando por toda a cidade, bueiros entupidos, dificultando sua vazão, etc. Porém não vemos nenhum marromzinho com boa vontade, muito menos disposto a

orientar, auxiliar e fazer fluir o trânsito. Isso porque tal comportamento não gera fluxo de caixa para movimentar a fantástica indústria das multas.

ANGELO TONELLI
angelotonelli@yahoo.com.br
São Paulo

Chuvorada...

Quando desaba um temporal, a cidade fica totalmente alagada, congestionada, interdita, estrangulada e estressada. E assim, ano após ano, repete-se a tragédia anunciada. Enquanto o caos deixa a cidade ilhada e virada do avesso, a Prefeitura permanece calada e não faz nada. Até quando?!

J. S. DECOL
decoljs@globo.com
São Paulo

O país do óbvio

Enchentes, tragédias, falta de segurança, de atendimento hospita-

lar digno, de educação... Pela óbvia conduta dos governantes nas esferas municipal, estadual e federal, é óbvio não existir solução.

VITORIO PASQUAL SOLDANO
soldano@uol.com.br
São Paulo

YOANI SÁNCHEZ Sinuca de bico

Eu não sabia que embaixador estrangeiro podia fazer manifestação de qualquer tipo em solo brasileiro, contra quem quer que seja. Nossos embaixadores devem estar na maior sinuca de bico para explicar isso lá fora.

VITÓRIO F. MASSONI
suporte@eam.com.br
Catanduba

Protestos patrocinados

Os protestos contra a visita de Yoani Sánchez estavam previstos. Financiados pela Embaixada de Cuba e pelo PT, um pequeno

bando de inocentes úteis promove tais manifestações. Muitos nem sabem por que protestam, só estão defendendo o deles. Em 1975 estive em Berlim e visitei os dois lados do Muro. Do lado ocidental encontrei progresso e alegria da população. Carros caríssimos circulavam pelas ruas em grande quantidade. Do lado oriental só encontrei desconfiança e tristeza. Para passar pelo Ponto Charlie tive de mostrar minha carteira e declarar quanto dinheiro portava. Carros? Alguns poucos Trabants, cuja locomoção é um desafio para a engenharia mecânica. Entrei num free shop e só encontrei inutilidades, além de bebidas aos montes. Nada comprei. De volta a Berlim Ocidental, deparei com um pequeno grupo protestando contra o regime ocidental. Perguntei aos meus anfitriões o porquê daquilo. Por que aqueles descontentes não passavam para o outro lado do Muro? Responderam-me: “Porque são uns débeis mentais desocupados e como não gostam de trabalhar esse

é um meio de ganharem a vida, já que o governo da Alemanha Oriental lhes paga regimento”. Aqui, no Brasil, está acontecendo a mesma coisa, financiada pelo governo PT. Positivamente, os comunistas não têm originalidade.

RONALD MARTINS DA CUNHA
ronald.cunha@netsite.com.br
Monte Santo de Minas (MG)

Heroína da democracia

Uma lástima as manifestações de um bando de energúmenos, com número ridículo de pessoas presentes, totalmente insignificante, não representativo, manipulado pela Embaixada de Cuba e apoiado pelo governo do PT, no Recife e em Salvador, até impedindo a apresentação do documentário *Conexão Cuba Honduras*. Eles seriam os primeiros a não aguentar viver em Cuba, pois não teriam a mesma liberdade de se manifestar, ainda que para mostrarem a sua grosseria e ignorância. A blogueira Yoani Sánchez, para quem